



DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 16 DE AGOSTO DE 2021 – PARTE 1

FINANCEIRO

Deliberação 2600/2021 (Processo 36348)
Alteração ao Orçamento n.º 12 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 14/2021)
Tomado conhecimento do despacho do Presidente.

Deliberação 2601/2021 (Processo 40000)
Alteração ao Orçamento n.º 13 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 15/2021)
Tomado conhecimento do despacho do Presidente.

Deliberação 2602/2021 (Processo 38237)
Participação variável no IRS para 2022
Aprovado e submetido à aprovação final da Assembleia Municipal a proposta de fixação de uma taxa de 5% relativamente à participação variável do Município no IRS para rendimentos de 2022.

Deliberação 2603/2021 (Processo 38207)
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDD) para 2022
Aprovado e submetido à aprovação final da Assembleia Municipal a proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para 2022 em 0,25%.

Deliberação 2604/2021 (Processo 39561)
Derrama do ano de 2021 a liquidar e cobrar em 2022
Aprovado e submetido à aprovação final da Assembleia Municipal a proposta de fixação em 1,5% da taxa normal de derrama do ano de 2021 a liquidar e cobrar em 2022.

Deliberação 2605/2021 (Processo 36979)
Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativas ao ano de 2021, a aplicar na liquidação e cobrança em 2022
Aprovado e submetido à aprovação final da Assembleia Municipal a seguinte proposta de definição de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2021, a liquidar e cobrar em 2022:

- Fixar a taxa base do IMI para prédios urbanos em 0,3%;
- Fixar a majoração da taxa para o triplo de IMI a aplicar aos prédios urbanos devolutos;
- Fixar a minoração da taxa em 30% para a área classificada como Património Mundial da Humanidade e para a respetiva zona especial de proteção;
- Fixar a majoração da taxa em 30% para os prédios urbanos degradados;
- Fixar a majoração da taxa para o dobro para os prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono;
- Fixar a minoração da taxa em 30% para os prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural.

Deliberação 2606/2021 (Processo 40294)
Prodeso – Equilíbrio do resultado do exercício de 2020
Autorizada a transferência de 153.317,43€ destinados à cobertura dos prejuízos apurados antes de impostos no exercício de 2020, considerando a percentagem detida pelo Município e para equilíbrio de contas da Prodeso, Ensino Profissional, Lda, ao abrigo do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Deliberação 2607/2021 (Processo 39944)
Pedido de isenção de IMI – Filarmónica União Taveirense
Atribuída, em cumprimento com o disposto no artigo 31.º do Regulamento da Concessão de Isenções de Impostos Municipais, à Filarmónica União Taveirense, isenção de IMI, por um período de 3 anos, renovável, a partir do início do ano seguinte ao do seu reconhecimento por parte da Câmara Municipal (entre 2021 e 2023), com uma despesa fiscal estimada de 1.087,71€ (mil e oitenta e sete euros e setenta e um centimos), para o prédio com registo de artigo matricial n.º 2711.

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Deliberação 2608/2021 (Processo 40120)
Concurso público para atribuição do direito de exploração de espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins no Parque Verde do Mondego – Fração A
Adjudicada a proposta de Fórmulas & Tertúlias, datada de 27/04/2021, para a atribuição do direito de exploração da fração A dos espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins, sítios no Parque Verde do Mondego, pelo valor mensal de 4650€ (período de verão) e de 2850€ (período de inverno), sendo o total para o período de 15 anos de 675.000€ acrescido de IVA (23% - 155.250,00 €) o que perfaz o total de 830.250,00 €. Face à possibilidade de renovação automática por períodos de um ano até ao máximo de cinco renovações, (n.º 2.1. do caderno de encargos), o total ascende a 900.000€ acrescido de IVA (23% - 207.000€) perfazendo 1.107.000€; Aprovada a minuta do respetivo contrato.

ENERGIA

Deliberação 2609/2021 (Processo 39992)
Consulta prévia ao abrigo de acordo-quadro – Aquisição de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN)

Decidido contratar e autorizar a respetiva despesa respeitante à aquisição de energia elétrica em baixa tensão normal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, com os fundamentos invocados na informação da Divisão de Compras e Logística; Aprovada a realizar uma consulta prévia nos termos do artigo 259.º do CCP, através da plataforma eletrónica Vortalnext; Aprovadas as peças do procedimento, de acordo com o artigo 40.º do CCP: caderno de encargos (artigo 42.º do CCP) e convite (artigo 115.º do CCP); Aprovada a constituição do júri do procedimento. Aprovado delegar no júri do procedimento a competência para a prestação de esclarecimentos, nos termos dos artigos 50.º, n.º 5, alínea a), e n.º 7, e 69.º, n.º 2, do CCP; Aprovado convidar à apresentação de proposta as seguintes entidades (que são as entidades cocontratantes do acordo-quadro referido): Endesa Energia – Sucursal Portugal; Galp Power; EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA. Aprovado delegar, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 109.º, do Código dos Contratos Públicos, com possibilidade de subdelegação, no Diretor do Departamento Financeiro, Pedro Malta, a competência para proceder às notificações previstas no Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as previstas nos artigos 77.º (notificação da adjudicação), 85.º (notificação da apresentação dos documentos de habilitação) e 100.º (notificação da minuta do contrato); Nomeados como gestores do contrato a celebrar, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, Pedro Santos, técnico superior do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais e Anabela Duarte, Chefe de Divisão de Infraestruturas e Espaço Público.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Deliberação 2610/2021 (Processo 7042)
Sistema Ecovia – Alteração do tarifário – Proposta de criação do “Bilhete 2 deslocamentos/acompanhante” e homologação da venda dos bilhetes deste sistema no parque de estacionamento do Parque Verde do Mondego
Aprovada.

Deliberação 2611/2021 (Processo 7212)
Concurso Público ref.ª CP/1898/2021 – Prestação de Serviços na Área de Seguros (Automóvel e de Acidentes de Trabalho) dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SM-TUC)
Adjudicada ao concorrente Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a “Prestação de Serviços na Área de Seguros (Automóvel e de Acidentes de Trabalho) dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra”, pelo valor total de 483.647,88€ isento de IVA, nos termos do disposto no n.º 28.º do artigo 9.º do CIVA, e nas demais condições fixadas nas peças do procedimento e na proposta; Aprovada a minuta do contrato a celebrar entre o Município de Coimbra e a sociedade adjudicatária, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos.

Deliberação 2612/2021 (Processo 40412)
Extensão da rede dos SMTUC na Freguesia de Almalaguês, para servir as localidades de Portela do Casal Novo/Casal Novo, Braçais e Abelheira
Aprovada enquanto Autoridade de Transportes a criação da Linha 204 Ceira/Escola – Almalaguês/via Braçais – com a extensão da rede de transportes públicos, para servir as localidades de Portela do Casal Novo/Casal Novo, Braçais e Abelheira, através de um serviço dedicado (flexível); Aprovado efetuar o registo da informação referente às novas linhas, na plataforma do IMT, Sistema de Informação de Transporte Público de Passageiros, em cumprimento dos n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do RJSPPT.

Deliberação 2613/2021 (Processo 32508)
Estudo de viabilidade de percurso ciclável ao longo do rio Ceira
Aprovada a associação do Município de Coimbra ao “Estudo de viabilidade de percurso ciclável ao longo do rio Ceira”; Aprovada a avaliação, pela CIM-RC, da possibilidade deste estudo ser incluído nas ações financiadas pelo “Projeto Pré-Definido 3 - Gestão da Bacia do Rio Ceira adaptada às Alterações Climáticas”. Caso não seja possível obter cofinanciamento nacional/comunitário o mesmo será suportado pelos Municípios abrangidos, na proporcionalidade dos kms correspondentes a cada Município.

Deliberação 2614/2021 (Processo 40144)
Utilização das verbas objeto da reprogramação entre a AT da CIM|RC e a AT de Coimbra, para atribuição do financiamento para compensar os SMTUC, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril
Aprovada a utilização das verbas objeto da reprogramação entre a AT da CIM|RC e a AT de Coimbra, na atribuição do financiamento para compensar os SMTUC, enquanto operador de transporte de passageiros e meios próprios da Autoridade de Transportes de Coimbra, pela realização dos serviços de transporte público essenciais, definidos ao abrigo do Despacho n.º 3547-A/2020, publicado no Diário

da República, 2.ª série, n.º 57-B, 1.º suplemento, de 22 de março de 2020, e que, decorrentes das medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas, são deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais pelas receitas da venda de títulos de transporte, conforme já aprovado através da Deliberação de Câmara n.º 2267/2021, de 22/02/2021, e em cumprimento do disposto nos artigos 3.º e 4.º, do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, no âmbito das responsabilidades da Câmara Municipal de Coimbra enquanto Autoridade de Transportes, no valor de:

- Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) - Artigo 289.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março: 611.049,18€;
- -Reposição da Oferta dos Transportes Públicos (Despacho n.º 8459/2020 de 02/09): 36.690,16€.

Deliberação 2615/2021 (Processo 36691)
Empreitada: “Ciclovia de Coimbra – Coimbra-B/Vale das Flores/Portela” – (PEDU) – Lote 4 – Pedido de reposição do equilíbrio financeiro
Aprovado o pagamento de 24.319,43€ (c/IVA) solicitado pelo empreiteiro para reposição do equilíbrio financeiro, face aos encargos acrescidos de exploração de estaleiro e implementação de sinalização temporária, relativos aos 245 dias de suspensão parcial por motivos que foram alheios à sua vontade e controlo.

EDUCAÇÃO

Deliberação 2616/2021 (Processo 40270)
Proposta para celebração de Protocolo de Colaboração entre a CASES e o Município de Coimbra para o funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Coimbra
Aprovado.

PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA

Deliberação 2617/2021
Contrato Interadministrativo de Cooperação entre a Direção-Geral do Património Cultural e o Município de Coimbra – Obras – Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro
Aprovado e enviado à Assembleia Municipal.

Deliberação 2618/2021
Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e o Município de Coimbra – WiFi – Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro
Aprovado e enviado à Assembleia Municipal.

Deliberação 2619/2021 (Processo 39078)
Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente para 2021 – Associativismo Cultural Geral – 2.ª fase
Aprovado nos termos indicados em ata. Fixado, excepcionalmente, como resposta aos impactos da COVID-19, como data limite do período de vigência dos Protocolos de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente para 2021 – Associativismo Cultural Geral o dia 31 de março de 2022, dando aos agentes culturais maior prazo para o reagendamento das atividades previstas nos planos de atividades de 2021.

Deliberação 2620/2021 (Processo 39763)
Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal ao Associativismo Juvenil para a Atividade Permanente 2021 (Edital n.º 83/2021) – 2.ª Fase
Aprovado nos termos indicados em ata.

Deliberação 2621/2021 (Processo 38915)
Associação Há Baixa – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021 – “O Admirável Mundo Novo”
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 2500€ a conceder à Associação Há Baixa, para apoio à coorganização da exposição “O Admirável Mundo Novo”, a decorrer na antiga fábrica da Sociedade de Porcelanas de Coimbra, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021.

Deliberação 2622/2021 (Processo 39001)
Mus.Mus.Cbr – Associação Cultural Museu da Música de Coimbra – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 2500€ a conceder à Mus.Mus.Cbr – Associação Cultural Museu da Música de Coimbra, para apoio à realização do “1.º Festival do Guitarrinho de Coimbra”, a decorrer nos claustros do Colégio da Graça, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021; Aprovado apoiar a divulgação do evento, através dos canais próprios do Município e disponibilizar ofertas protocolares e material de divulgação livre do Município.

Deliberação 2623/2021 (Processo 39016)
Associação Cultural e Recreativa de Coimbra – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro

Municipal para Atividade Pontual para 2021
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 1500€ a conceder à Associação Cultural e Recreativa de Coimbra, para apoio à realização do projeto “Coimbra – Viagens Musicais”, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021; Aprovado que o adiamento previamente recebido pela entidade seja considerado neste apoio pontual, procedendo-se apenas à transferência do valor remanescente de 375€.

Deliberação 2624/2021 (Processo 38172)
Casa da Esquina – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021 (projeto “Crianças em Ação”)
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 6500€ a conceder à Casa da Esquina, para apoio à realização do projeto “Crianças em Ação”, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021.

Deliberação 2625/2021 (Processo 38947)
CeReAc (Centro de Recreio e Animação Cultural de Brasfemes) – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 2000€ a conceder ao CeReAc, para apoio à realização do projeto “Lista de Futuro(s)”, a decorrer previsivelmente de setembro de 2021 a novembro de 2022, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021.

Deliberação 2626/2021 (Processo 38928)
Aplausos Completos Associação – proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021: “Canta-me um conto em Coimbra”
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 1500€ a conceder à Aplausos Completos – Associação, para apoio à realização do projeto “Canta-me um conto em Coimbra”, a decorrer de setembro de 2021 a janeiro de 2022, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021.

Deliberação 2627/2021 (Processo 38899)
Círculo de Artes Plásticas da Academia de Coimbra (CAPC) – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 25.000€ a conceder ao Círculo de Artes Plásticas da Academia de Coimbra, para apoio à realização do projeto “Momento Zero – Quando a noite se aproxima”, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021.

Deliberação 2628/2021 (Processo 38876)
Associação Há Baixa – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual para 2021 – CIDADE (in)VISÍVEL
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, e do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 2000€ a conceder à Associação Há Baixa, para apoio à realização do webdocumentário “CIDADE (in)VISÍVEL”, mediante a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021.

Deliberação 2629/2021 (Processo 39914)
Proposta de Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Coimbra, Polícia de Segurança Pública e Universidade de Coimbra – Livro sobre a História da PSP/Coimbra e relação com a CMC desde o último quartel do século XIX até à atualidade
Aprovado disponibilizar os diferentes serviços municipais, na eventualidade de ser necessário, por parte dos investigadores, o acesso e respetiva disponibilização de fontes de informação, de índole diversa, necessárias à plena prossecução da investigação e produção da obra, isentando-os do pagamento de taxas e preços municipais previstos no Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais em vigor; Atribuído um apoio financeiro à Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Interdisciplinares da UC/III UC), no montante de 30.000€, para que assegure as tarefas de investigação e de elaboração de textos científicos, que serão materializadas na produção de uma Monografia sobre a História do Comando Distrital de Coimbra da Polícia de Segurança Pública desde o último quartel do século XIX até à atualidade; Aprovado o estabelecimento de uma parceria tripartida, entre o Município de Coimbra, a Polícia de Segurança Pública (Comando Distrital de Coimbra) e a Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Interdisciplinares da UC/III UC), formalizada através do protocolo de cooperação.